

Buenos Aires não gostou do acordo

GAZETA MERCANTIL

por José Casado
de Buenos Aires

O Brasil fez um mau negócio na semana passada, em Nova York, ao acertar com os credores internacionais a suspensão da moratória de sua dívida externa (estimada em US\$ 112 bilhões), cuja decretação, nove meses atrás, custou-lhe muito em dinheiro e em termos políticos.

(O embaixador dos Estados Unidos na Argentina, Theodore Gilbred, foi ontem visitar o ministro da Economia Juan Sourrouille e na saída do gabinete declarou: "Não vai haver moratória da Argentina". Gilbred confirmou o crédito de US\$ 500 milhões na forma de empréstimo-ponte, liberado pelos Estados Unidos ao banco central da Argentina. Esse empréstimo permite ao país saldar os pagamentos de sua dívida externa que estavam atrasados há 45 dias.)

O País, agora, voltará ao Fundo Monetário Internacional (FMI), com quem romperá, pagando um dos mais altos preços da "tabela" bancária vigente para a América Latina, no item novos empréstimos, sem nenhuma garantia de que vá conseguir no futuro próximo uma redução dos juros sobre a parcela antiga de sua dívida — um dos argumentos políticos básicos usados pelo governo José

Sarney para declarar moratória.

Essa é a impressão predominante no governo da Argentina. Equipes do ministro Juan Sourrouille, da Economia, e de Luis Machinea, presidente do banco central argentino, passaram as últimas 72 horas fazendo uma análise comparativa dos resultados obtidos pelo Brasil, pela Argentina e pelo México em suas últimas gestões com a comunidade financeira internacional. O estudo é periódico, de caráter informal, e destina-se a manter o governo Raúl Alfonsín atualizado.

A visão argentina é de que, na comparação, o governo Alfonsín, que não rompeu com o Fundo, não decretou moratória e negociou, recentemente, em posição bastante desvantajosa — pois além de ter reservas cambiais exauridas é um caso raro de país que não consegue aumentar suas exportações —, acabou fazendo um bom negócio com os credores externos, no qual os resultados, a princípio, são bem superiores aos obtidos pelo Brasil.

"Parece-me que vocês vão ficar um pouco mais 'infelizes' do que nós", ironiza um importante funcionário argentino do Ministério da Economia, ao recordar recentes declarações do ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, da Fazenda, durante uma visita do

presidente José Sarney ao México.

Na época, Bresser Pereira fez um comentário cômico sobre as conversas que acabara de ter com Juan Sourrouille e Gustavo Petricioli, secretário da Fazenda do México, que haviam assinado um novo acordo com o FMI: "Falei com eles e ambos estão muito infelizes", disse Bresser Pereira. Diplomatas dos dois países ficaram melindrados.

Na análise argentina, o Brasil sai perdendo ao tomar um empréstimo de curto prazo (inferior a 360 dias) pagando aos credores externos comissão geral de 1/8 e uma sobretaxa de 7/8 sobre a taxa referencial Libor.

O custo final, de acordo com a interpretação de técnicos do governo

(Continua na página 21)

Buenos Aires não gostou...

por José Casado
de Buenos Aires

(Continuação da 1ª página)

argentino, será equivalente 11/8 acima da taxa anual Libor.

A vantagem do governo Raúl Alfonsín, nesse caso, seria a de que ele pagará 7/8 sobre a Libor nos novos empréstimos tomados, com prazo de doze anos e sem nenhuma comissão.

Em situação semelhante se encontraria o "estoque" da dívida brasileira, ou ainda, o conjunto de débitos "antigos", de valor superior a US\$ 65 bilhões. Pelos termos da negociação da semana passada, de acordo com entendimento dos técnicos argentinos, o Brasil acaba pagando 2% sobre a Libor e sobre a prime rate, em diferentes contratos.

Argentina e México teriam conseguido algo mais, ao reduzir o custo que tinham anteriormente, de 1,6% para algo em torno de 0,8%, sobre a Libor. Ambos teriam conseguido eliminar a prime rate, como referência.

É certo que existe, nesta semana, um esforço visível do governo argentino em demonstrar, publicamente, que a moratória não é o melhor caminho político, como reivindica desde a

campanha eleitoral do começo deste ano a oposição peronista. E nisso tem o apoio explícito do governo Ronald Reagan.

Nesta semana, por exemplo, a Embaixada dos Estados Unidos trouxe a Buenos Aires um dos mais severos críticos da moratória articulada desde 1986 pelo ex-ministro Dilon Domingos Funaro, o economista norte-americano William Cline, que dirige o Instituto de Estudos Internacionais, em Washington.

Cline, convidado do embaixador Theodore Gildred, almoçou com empresários argentinos, na terça-feira, em Buenos Aires, e ao fazer uma análise do "mau exemplo" brasileiro produziu uma observação sobre o custo direto da moratória: "Desde fevereiro, quando foi declarada, os saldos comerciais do Brasil somaram cerca de US\$ 5 bilhões, mas as reservas cambiais só aumentaram cerca de US\$ 2 bilhões. Esse foi o preço pago pelo corte dos financiamentos internacionais de curto prazo ao Brasil".

Os técnicos do Ministério da Economia da Argentina gostaram desse comentário, em público. E em sua análise comparativa acrescentam: uma das justifica-

tivas dadas pelo próprio presidente José Sarney, ao anunciar a moratória brasileira, era a de que até então seu governo não havia recebido um único dólar em novos empréstimos do exterior. A Argentina, nesse mesmo período, teve 50% de permanente refinanciamento dos seus débitos. Além do que não registrou uma fuga de capitais tão intensa como ocorreu no Brasil, nos últimos 24 meses.

Um tanto atônitos, assessores do ministro Sour-

rouille demonstram curiosidade em saber por que, agora, depois de pagar esse preço político e econômico pela declaração de uma moratória, parcial e por tempo indeterminado, o Brasil fez um acordo para obter "mas de lo mismo" (mais da mesma coisa de antes).

A reunião de presidentes latino-americanos no México, na próxima semana, poderá ajudá-los na elucidação: ali Sourrouille deverá ter uma reunião com Bresser Pereira.